

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 5/88

Viagem do Presidente da República a Marrocos

A Assembleia da República resolve, nos termos do artigo 132.º, da alínea b) do artigo 166.º e do n.º 4 do artigo 169.º da Constituição, dar assentimento à viagem sem carácter oficial do Presidente da República a Marrocos entre os dias 26 de Fevereiro e 7 de Março de 1988.

Aprovada em 11 de Fevereiro de 1988.

O Presidente da Assembleia da República, *Vítor Pereira Crespo*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Declaração

Nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 45/104, de 1 de Julho de 1963, publicam-se os modelos, aprovados por despacho ministerial de 11 de Janeiro de 1988, da declaração modelo n.º 3 e do anexo A, com as respectivas instruções, a que se refere a alínea a) do artigo 344.º do Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 5/87, de 6 de Janeiro.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 21 de Janeiro de 1988. — O Director-Geral, *Manuel Jorge Pombo Cruchinho*.

Este declarando é apresentado em triplicado

 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS Direcção-Geral das Contribuições e Impostos		ÁREA DA BASE DE INSCRIÇÃO Concelho ou bairro _____ PERÍODO Exercício a que faz parte a declaração 19																																	
Tipo de declaração <input checked="" type="checkbox"/> Declaração modelada 3 <input type="checkbox"/> Declaração modelada 2																																			
NÚMERO DE CONTRIBUÍDORES <input checked="" type="checkbox"/> 1 — Anual <input type="checkbox"/> 2 — Plurianual																																			
Explorações em áreas fiscais diferentes <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não																																			
Tipo de contribuinte <input checked="" type="checkbox"/> 1 — Contribuinte <input type="checkbox"/> 2 — Empresário																																			
PARA OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO																																			
Nome _____ NÚMERO FOLHA DE CONTRIBUÍDORES _____																																			
11 Piso avançado preço lugar etc _____		Número _____	Andar, sala etc _____																																
Localização _____		Freguesia _____	Telefone _____																																
Endereço _____		Código postal _____																																	
12 RELATÓRIO À OUTRA DECLARAÇÃO APRESENTADA, SOBRE ALTERAÇÃO NO NOME DO DEclarante <small>TEVAR NOME ALTERADO, NOME A ALTERAR</small> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não																																			
PARA OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO																																			
13 INFORMAÇÃO SOBRE AS ACTIVIDADES Actividade principal _____																																			
Outras actividades _____																																			
M A POSSIBILIDADE DE PRESENCE <table border="1"> <tr> <th>Classe de actividade económica</th> <th>Impostos</th> <th>Classe de imposto</th> <th>Impostos</th> </tr> <tr> <td>Vendas (quadro 15 — II)</td> <td>1</td> <td>Imposto direto</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Rendimento bruto</td> <td>1</td> <td>Taxa aplicável</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Total dos encargos</td> <td>1</td> <td>Imposto devido</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Resultados das explorações Net</td> <td>1</td> <td>Juros compensatórios</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Renda fundiária</td> <td>1</td> <td></td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Renda paga</td> <td>1</td> <td></td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Rendimento contributivo</td> <td>1</td> <td>Total a pagar</td> <td>3</td> </tr> </table>				Classe de actividade económica	Impostos	Classe de imposto	Impostos	Vendas (quadro 15 — II)	1	Imposto direto	2	Rendimento bruto	1	Taxa aplicável	10%	Total dos encargos	1	Imposto devido	3	Resultados das explorações Net	1	Juros compensatórios	3	Renda fundiária	1		3	Renda paga	1		3	Rendimento contributivo	1	Total a pagar	3
Classe de actividade económica	Impostos	Classe de imposto	Impostos																																
Vendas (quadro 15 — II)	1	Imposto direto	2																																
Rendimento bruto	1	Taxa aplicável	10%																																
Total dos encargos	1	Imposto devido	3																																
Resultados das explorações Net	1	Juros compensatórios	3																																
Renda fundiária	1		3																																
Renda paga	1		3																																
Rendimento contributivo	1	Total a pagar	3																																
M A POSSIBILIDADE DE COMPENSAR A VENDA E SEU VALOR DIRECUTAMENTE <small>Local e data</small> <small>Assinatura do contribuinte ou do seu representante legal</small>																																			
PARA OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO <small>Carregar a data de Redação</small> <small>Rubrica</small>																																			

REGISTRO DA DECLARAÇÃO		SEÇÃO Apresentação _____ Preparação _____ Envio _____	
I — Vendas a) Produtos vegetais: 1 — Anuais 2 — Plurianuais b) Produtos animais c) Gado Total do grupo I			
II — Outros rendimentos Total do grupo II			
III — Existências no final do ano a) Produtos vegetais: 1 — Anuais 2 — Plurianuais b) Produtos animais c) Gado d) Materiais adquiridos e) Valores na terra (culturas em curso)			
Total do grupo III Total geral dos grupos I + II + III			
IV — Existências no inicio do ano a) Produtos vegetais: 1 — Anuais 2 — Plurianuais b) Produtos animais c) Gado d) Materiais adquiridos e) Valores na terra (culturas em curso)			
Total do grupo IV Rendimento bruto total (I + II + III — IV)			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
<small>Indica transmissão por fax de elementos do activo imobilizado ou de bens ou valores mantidos como reserva ou para futura utilização</small> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <small>Se SIM, nome declaração modelo 2 a que se refere o artigo 21.º do CIM</small>			

REGISTRO		SEÇÃO Apresentação _____ Preparação _____ Envio _____	
I — De explorações anuais a) Salários, ordenados e emprestados b) Produtos comprados: 1 — Sementes 2 — Fertilizantes e corretivos 3 — Fundos de iniciação e outros 4 — Aluguer de gado 5 — Combustíveis e lubrificantes 6 —			
c) Compras de efectivos pecuários d) Serviços pagos: 1 — Aluguer de máquinas 2 — Aluguer de gado 3 — Transportes 4 — Assistência médico-veterinária 5 — Assistência técnica 6 —			
Total do grupo I			
II — De seguros 1 — Pessoal 2 — Construções 3 — Gado 4 — Culturas e produtos 5 — Equipamento 6 —			
Total do grupo II			
III — De conservação 1 — Construções 2 — Plantações 3 — Outros melhoramentos 4 — Exportação 5 — Produtos 6 —			
Total do grupo III			
IV — De reintegrações 1 — Construções 2 — Plantações 3 — Outros melhoramentos 4 — Exportação 5 — Produtos 6 —			
Total do grupo IV			
V — Das despesas gerais de administração 1 — Remuneração do empresário 2 — Despesas de comunicações 3 — Expediente 4 — Contratações e outros encargos 5 — Despesas gerais diversas (quadro 06 — anexo)			
Total do grupo V Total geral dos encargos			
VI — Das explorações plurianuais (a) <small>fora das encargos da exploração</small>			

(a) Justificar descrevendo os custos por artos e por natureza de ou das contas de importação plurianual de conformidade com o n.º 11 do artigo 334.º

(b) PMA

<p>II - Declaração das receitas da exploração</p> <p>Apuramento do resultado da exploração</p> <p>a) Rendimento bruto (quadro 15)</p> <p>b) Encargos (quadro 17)</p> <p>Resultado da exploração</p>	<p>III - Declaração da cessação de actividade</p> <p>Total</p> <p>Datas De cessação de facto</p> <p>Para efeitos fiscais</p> <p>Actividades (a) que cessaram (e) localidade onde se encontra exercida</p>
<p>Renda fundiária ou renda paga</p> <p>a) Sector agro-pecuário</p> <p>b) Sector silvícola</p> <p>Corticeira</p> <p>Madeira e outros produtos</p> <p>Resultado líquido</p>	
<p>III - Declaração das rendas tributárias (quadro 18.1 + 20.1 - II - III)</p> <p>Rendimento bruto total</p> <p>Encargos totais</p> <p>Renda fundiária</p> <p>Renda paga</p> <p>Lucro tributável</p>	
<p>Observações _____</p> <p>ACTA N.º _____</p> <p>Em _____ / _____ / _____</p> <p>A. Geraldo</p>	
<p>Em _____ / _____ / _____ O Chefe de Repartição:</p>	
<p>II - Declaração contra o lucro tributável (quadro 18.1 - III)</p> <p>O Chefe de Repartição de Finanças, depois de apresentar a reclamação do contribuinte, fixa o seu Lucro tributável em</p> <p>423 4 </p> <p>com os seguintes fundamentos:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>II - Declaração contra o lucro tributável (quadro 18.1 - III + 1.4 - II - III)</p> <p>A Comissão resolvete fixar por unanimidade ao contribuinte o lucro tributável de 424 4 </p> <p>assim decide:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>Fixa ainda a importância de _____ como pagamento à vista principal da colecta (§ único do artigo 75.º)</p>	
<p>Acta n.º _____</p> <p>de _____ / _____ / _____</p> <p>Em _____ / _____ / _____</p>	

 MINISTÉRIO DA Fazenda Secretaria da Comércio e Imprensa	IMPORTO SOBRE A INDÚSTRIA AGRÍCOLA <small>Anexo A</small>	<input type="checkbox"/> NÚMERO DE CONTRATANTE DIFUSO	<input type="checkbox"/> NÚMERO PEÇAS DE CONTRATANTE	<input type="checkbox"/> Exercício a que Vencem as tarifas
		19		
II - Nome do contribuinte				
III - IDENTIFICAÇÃO DOS PESSOAS NATUREZA APLICÁVEL à EXIMIÇÃO à taxa de 10% de COTAS				
1 NOME DO CONTRIBUINTE	2 Pessoas	3 Data da ordem	4 N.º da ordem	5 N.º de pessoas
1	2	3	4	5
A - PREENCHER EM TRIPLO				
OBSERVAÇÃO				
Se o número de pedidos for superior ao das linhas constante do presente anexo deverá complementar em folhas avulso o tipo modelo A.				

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO - MODELO 3 E DO SEU ANEXO

1 - As presentes instruções devem ser rigorosamente observadas por forma a eliminar deficiências de preenchimento que, frequentemente, ocasionam ações de fiscalização e dificuldades no tratamento informativo que podem ser facilmente evitadas.

2 - A declaração e o anexo A deverão ser entregues em trânsito ao seu representante fiscal.

3 — A declaração deverá ser preenchida à máquina ou em letra bem legível.
É indispensável, no entanto, no caso de preenchimento manual, que o nome e o endereço do contribuinte se apresentem com legibilidade.

4 – No preenchimento da declaração e do anexo deve haver o cuidado de evitar o desalinhamento das versões relativamente à designação das rubricas. Os TOTAIS e SUBTOTALS constantes dos diversos quadros não devem ser omitidos, em especial nos campos destinados a tratamento informático, distinguindo os relântes por apresentarem códigos de campo (númerações assumidas

5 — Os quadros respeitantes a valores monetários devem ser preenchidos apenas em escudos

6 — Os valores negativos serão sempre inscritos entre parênteses.

7 - No acto da entrega da declaração deverá ser exhibido sempre o cartão de identificação de pessoa colectiva (ou de empresário em nome individual ou de entidade aquispadora da actividade colectiva ou provisória, conforme as circunstâncias), emitido pelo Ministério da Justica e referido na Portaria n.º 398/83 de 13 de Julho. **[quadro 05]**, devendo os elementos deste cartão constar igualmente na declaração. A actividade principal será considerada explicitada no **[quadro 13]** da declaração através da CEGC, conforme a CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÔMICAS PORTUGUESAS POR RAMOS DE ACTIVIDADE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.

DECLARAÇÃO

Escrever neste quadro o nome do concelho da área de sede se esta se situar no território do continente ou regiões autónomas. Tratando se de pessoa singular domiciliada no mesmo território, escrever o nome do concelho onde estiver situada a actividade principal ou, na falta deste, o domicílio.

Se se tratar de concelho onde existam várias repartições ou barreiros, indicar também o número respetivo

Inscriver o numero de identificação de pessoa colectiva ou equiparada (NIPC) atribuído pelo Ministério da Justiça e constante do respectivo CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOA COLECTIVA ou de EMPRESA EM NOME INDIVIDUAL ou de ENTIDADE EQUIPARADA A PESSOA COLECTIVA ou PROVISÓRIO, conforme as circunstâncias.

Assinalar com X as situações verificadas

Assinale com X o retângulo correspondente ao tipo de concreto:

Indicar, assinalando com X, se se trata de primeira declaração do exercício, de declaração de substituição ou de declaração de cessação total de actividade. Esta última é a referida no artigo 345º do CCPBA.

Chama-se a atenção de que só haverá lugar à entrega da declaração de cessação (no prazo de 30 dias a contar da cessação total) se se verificarem os condicionamentos dos §§ 1º e 2º do artigo 345º do Código, não se devendo confundir cessação de facto com a CESSECAO PARA EFEITOS FISCAIS. (Ver quadro 19 de declaração.)

Se a declaração de cessação for também a primeira declaração do exercício, assinalar apenas o retângulo correspondente à DECLARAÇÃO DE CESSAÇÃO.

Indicar o nome, firma ou denominação de acordo com o cartão de identificação de pessoas colectivas ou equiparadas. [quadro 05], ou com o número de contribuinte. [quadro 10], caso não exista

Os restantes elementos solicitados dão respeito à localização da sede, local da actividade principal ou do domicílio, consonte situação do contribuinte face ao referido nas presentes instruções e propósito do quadro 01.

Assinatar com x a situação verificada. Tendo havido alteração no nome, deverá ser indicado o nome de firma ou denominação constante da declaração modelo 3 relativa ao exercício anterior.

A actividade a inscrever como principal é a que tenha sido exercida em 1973. A actividade a deve constar de (CNA) — REVISÃO 1973, cujo código é recinto no quadro 13, ocupando obrigatoriamente as seis quatercias reservadas para esse efeito (código de seis dígitos). Exemplo: Actividade económica Agricultura e pecuária 1110 0 0 Serviços 1210 0 0		Relativamente ao exercício de 1987, os contribuintes que não tiveram discriminado os encargos por sectores agrícola, artístico e pecuário, inscreverão os valores apurados na coluna do Total. Observações — Os valores a inscrever nos quadros 15 e 17 são extraídos dos livros modulos 7, 8 e 9 referidos no artigo 346.º do CPHIA, tendo em conta as respectivas instruções.
No caso do contribuinte não ter exercido qualquer actividade no exercício a designada de actividade e o código a inscrever serão os respetivos da actividade para que a empresa foi constituída.		Fazer o apuramento do resultado líquido de exploração através dos valores apurados nos quadros 15 e 17 e com a soma total das rendas fúnctuais ou de renda paga. A soma total das rendas fúnctuais ou pagas será extraída do anexo A (quadro 05).
O rendimento bruto é dado por I + II + III — IV. Relativamente ao exercício de 1987 os contribuintes que não tiverem facultado de discriminar os prelevos por sectores agrícola, artístico e pecuário, inscreverão os valores apurados na coluna do Total.		Vide instruções do quadro 04 (§s. 1.º e 2.º do artigo 345.º do CPHIA)
Para uso exclusivo dos serviços — Apuramento do lucro tributável.		
ANEXO A (página 2)		
O total das despesas gerais diversas deverá ser transportado para a linha 5 do grupo V do quadro 17. Indicar nomes e moradas dos sócios ou participantes e respetivas percentagens no resultado de exploração.		

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 68/88 de 3 de Março

O Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, aprovou o Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Mais tarde, o Decreto-Lei n.º 415/80, de 27 de Setembro, veio definir e estruturar, em moldes semelhantes, a carreira de investigação científica nos organismos compreendidos no âmbito do Ministério da Educação e Ciência.

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 1.º deste último diploma, veio a ser aplicado, com as necessárias adaptações, regime semelhante ao pessoal investigador dos organismos dependentes do Ministério da Agricultura e Pescas (Decreto Regulamentar n.º 78/80, de 15 de Dezembro) e do Ministério da Indústria e Energia (Decreto Regulamentar n.º 8/81, de 20 de Fevereiro).

Finalmente, pelo Decreto-Lei n.º 346/81, de 21 de Dezembro, foi regulada, em termos análogos, a carreira de investigação no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

A profusão dos diplomas relativos à carreira de investigação científica explicava-se não só pelo facto de se ter partido de situações distintas nos serviços e organismos de investigação e desenvolvimento dependentes dos diferentes ministérios, mas também pela ausência de uma coordenação científica minimamente eficaz.

Presidiu sempre, no entanto, à elaboração de todos os diplomas o espírito de que convinha instituir, para todas as instituições científicas, uma única carreira de investigação, paralela e de dignidade igual à da docência universitária.

Tendo-se, entretanto, criado condições para definir a carreira de investigação científica por via da aprovação de um único diploma e tornado, portanto, possível revogar os quatro diplomas acima mencionados, até agora vigentes com as modificações que lhes foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 143/87, de 23 de Março, foi considerado oportuno introduzir modificações tendentes a aproximar ainda mais as carreiras dos investigadores científicos e dos docentes universitários

e a, desse modo, permitir uma mais fácil mobilidade dos cientistas no seio do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

A aproximação em questão resulta, nomeadamente, da instituição, em cada organismo, de um conselho responsável pelas actividades de formação (CRAF), assimilável, para efeitos de progressão na carreira, aos conselhos científicos das faculdades, e do consequente aperfeiçoamento do sistema das provas de acesso às várias categorias.

É intenção do Governo que o passo agora dado no caminho de uma maior semelhança entre as carreiras de investigação e docente universitária tenha, no futuro, tradução noutros aspectos, que, por terem sido objecto de recente diploma, não são ainda contemplados no presente.

Importa observar, finalmente, que passa a ser possível a extensão, por simples portaria, da carreira de investigação científica a novos serviços ou organismos onde o Governo entenda instituí-la.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente diploma aplica-se ao pessoal investigador de todos os serviços e organismos cujos quadros de pessoal contenham as categorias constantes do artigo seguinte.

2 — Serão criados, por portaria conjunta do Ministro das Finanças, do ministro responsável pela coordenação científica e do ministro da tutela, os quadros de pessoal investigador de novos organismos aos quais venha a aplicar-se o regime jurídico do presente diploma.

3 — A alteração da composição dos quadros de pessoal dos organismos já existentes efectua-se nos termos do disposto no número anterior.

Artigo 2.º

Carreira de investigação científica

A carreira de investigação científica comprehende as seguintes categorias:

- Estagiário de investigação;
- Assistente de investigação;
- Investigador auxiliar;
- Investigador principal;
- Investigador-coordenador.

Artigo 3.º

Conteúdo funcional das categorias da carreira de investigação científica

1 — Cabe ao estagiário de investigação executar, sob orientação de um investigador ou professor do ensino superior, tarefas correspondentes a uma fase formativa de introdução a actividade de investigação científica e desenvolvimento integradas em projectos científicos.

2 — Cabe ao assistente de investigação executar, desenvolver e participar em projectos de investigação e desenvolvimento, sob orientação de investigadores ou